

# Conservadores vencem primeira etapa da Constituinte

Da Sucursal de Brasília



A votação dos relatórios das subcomissões registrou uma virada conservadora na correlação de forças do Congresso constituinte. A centro-esquerda peemedebista, que detém 18 dos 24 relatores, foi derrotado em suas propostas principais nas na maioria das subcomissões. Em contrapartida, os conservadores conseguiram aprovar os seus pareceres sem maiores problemas nas seis subcomissões que dirigem. “Vamos vencer na competência”, disse o deputado Afif Domingos (PL-SP) numa conversa com o senador Roberto Campos (PDS-SP), na última sexta-feira, acertando os últimos detalhes da estratégia que aplicaram, no fim-de-semana. Sua principal arma foi o PMDB. Seus 304 constituintes, diluídos em blocos, obedeceram comandos inesperados como o de Roberto Campos (PDS-MT) e do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). Terminada a primeira fase de trabalhos, a Constituinte mostrou um novo perfil.

“O PMDB está chegando a um ponto de deterioração que o está levando a seu fim”, desabafou a deputada Cristina Tavares, uma das fundadoras do partido, quando suas sugestões para a criação de um conselho nacional de comunicação e um conselho editorial foram derrotadas pela subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação, com votos de seus companheiros no PMDB. “A polarização que ocorreu nesta subcomissão, basicamente entre parlamentares do PMDB, demonstra que nosso partido terminou”, completou o deputado Percival Muniz (PMDB-BA). Depois de trinta dias de trabalho, 15 audiências públicas, três viagens para observar conflitos de terra e mais de 14h de votação, sua subcomissão só conseguiu aprovar duas sugestões à Constituinte.

“Aconteceu o normal e previsto”, diz o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. “A partir da ampliação dos debates e votações nas comissões, e depois na sistematização e no plenário da Constituinte, vou articular melhor os setores de centro-esquerda do PMDB com outros partidos, para não perder mais espaço para a direita”. Curiosamente, utilizando o mesmo argumento, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, deu o troco: “a ampliação do fórum dos debates nos favorecerá, pois a correlação de forças já foi demonstrada e a esquerda será derrotada”.

Orientando oito dos doze constituintes do PMDB na subcomissão dos Princípios Gerais, o senador Roberto Campos formou um bloco que derrubou, um a um, os artigos alinhados pelo deputado Virgíldio Senna (PMDB-BA), no seu relatório. “Vocês estão a serviço do capital estrangeiro”, acusou o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), quando viu o último bastião no qual se agarrava derrubado pelo bloco: o monopólio do petróleo. “Sádico”, disse ele ao presidente da subcomissão, deputado Delfim Netto (PDS-SP), comandando um abandono do plenário, seguido pelos deputados Vladimir Palmeira (PT-RJ), Beth Azize (PSB-AM) e Raquel Cândido (PFL-RO).

Na subcomissão do Sistema Financeiro, os parlamentares do PMDB preferiam ouvir o deputado Francisco Dornelles ao relator Fernando Gasparian, do PMDB de São Paulo. As sugestões finalmente aprovadas mudam profundamente o perfil da economia do país, extinguindo, por exemplo, as cartas-patente e o Conselho Monetário Nacional, transformando os bancos estrangeiros em simples escritórios que não podem captar dinheiro dos brasileiros e aprovando uma auditoria da dívida externa que dá ao Congresso poderes para suspender o pagamento de empréstimos irregulares.

A polarização da briga pela duração do mandato presidencial, inaugurada pelo presidente José Sarney no

## COMO VOTARAM OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Contra o anteprojeto do relator Oswaldo Lima Filho (que defendia uma reforma mais profunda que o atual PNRA — Plano Nacional de Reforma Agrária):

Edison Lobão (PFL-MA), presidente  
Saldanha Derzi (PMDB-MS)  
Jorge Viana (PMDB-BA)  
Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG)  
Alysson Paulinelli (PFL-MG)  
Maluly Neto (PFL-SP)  
Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Victor Fontana (PFL-SC)  
Virgílio Galassi (PDS-MG)  
José Egreja (PTB-SP)  
Mauro Borges (PDC-GO)  
Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP)  
Oswaldo Almeida (PL-RJ), suplente na subcomissão

Votaram a favor:

Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE)  
Fernando Santana (PCB-BA)  
Percival Muniz (PMDB-MT)  
Raquel Capiberibe (PMDB-AP)  
Santinho Furtado (PMDB-PR)  
Valter Pereira (PMDB-MS)

Vicente Bogo (PMDB-RS)  
Amaury Muller (PDT-RS)  
Irma Passoni (PT-SP)  
Aldo Arantes (PC do B-GO)  
Márcio Lacerda (PMDB-MT)

## COMO VOTARAM OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO DA DEFESA DO ESTADO

Votaram a favor do relatório:

Ricardo Fiúza (PFL-PE)  
Raymundo Lyra (PMDB-PB)  
Ottomar Pinto (PTB-RR)  
Sadie Hauache (PFL-AM)  
Daso Coimbra (PMDB-RJ)  
Hélio Rosas (PMDB-SP)  
Ricardo Izar (PFL-SP)  
Ralph Biasi (PMDB-SP)

Geraldo Fleming (PMDB-AC)  
Jorge Viana (PMDB-BA)  
Carlos Benevides (PMDB-CE)  
Telmo Kirst (PDS-RS)  
Alfredo Campos (PMDB-MG)  
Roberto Brandt (PMDB-MG)  
José Tavares (PMDB-PR)

Votaram sistematicamente contra o relatório:

José Genoino (PT-SP)

Lysnéas Maciel (PDT-RJ)

## COMO VOTARAM OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO

Votaram contra as propostas de tendência estatizante:

Delfim Netto (PDS-SP), presidente  
Guilherme Afif Domingos (PL-SP)  
Albano Franco (PMDB-SE)  
Antonio Carlos Franco (PMDB-SE)  
Antonio Ueno (PFL-PR)  
Gil César (PMDB-MG)  
Gilson Machado (PFL-PE)  
Gustavo de Faria (PMDB-RJ)

Irapuan Costa Jr. (PMDB-GO)  
Jalles Fontoura (PFL-GO)  
Marcus Lima (PMDB-MG)  
Nyder Barbosa (PMDB-ES)  
Renato Johnsson (PMDB-PR)  
Roberto Campos (PDS-MT)  
Rubem Medina (PFL-RJ)

Votaram a favor:

Virgíldio Senna (PMDB-BA), relator  
Beth Azize (PSB-AM)  
Gabriel Guerreiro (PMDB-BA)  
Hélio Duque (PMDB-PR)

Ismael Wanderley (PMDB-RN)  
Luiz Salomão (PDT-RJ)  
Raquel Cândido (PFL-RO)  
Wladimir Palmeira (PT-RJ)

## COMO VOTARAM OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO DO PODER EXECUTIVO

Votaram por quatro anos:

José Fogaça (PMDB-RS), relator  
Jutahy Jr. (PMDB-BA)  
Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG)  
Miro Teixeira (PMDB-RJ)

Oswaldo Macedo (PMDB-PR)  
Vivaldo Barbosa (PDT-RJ)  
Eduardo Bonfim (PC do B-AL)

Votaram por cinco anos:

Albérico Filho (PMDB-MA), presidente  
Agassiz de Almeida (PMDB-PA)  
Dalton Canabrava (PMDB-MG)  
Expedito Machado (PMDB-CE)  
Genebaldo Correia (PMDB-BA)  
Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)  
Jorge Leite (PMDB-RJ)  
Enoc Vieira (PFL-MA)

Érico Pegoraro (PFL-RG)  
Costa Ferreira (PFL-MG)  
Humberto Souto (PFL-MG)  
Leur Lomanto (PFL-BA)  
Bonifácio de Andrade (PDS-MG)  
César Cals Neto (PDS-CE)  
Carlos Alberto (PTB-RN)  
Aloysio Teixeira (PMDB-RJ)

discurso que dirigiu à nação há nove dias, delineou o debate na subcomissão do Poder Executivo: foram formados dois blocos, um de apoio a Sarney e outro dos parlamentares que querem as eleições no ano que vem. No final, não venceu nem um nem outro. Motivo: preocupados em derrubar a sugestão do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) pelos quatro anos de mandato para o presidente, o bloco de apoio ao

presidente aprovou uma sugestão de cinco anos para os próximos presidentes, sem marcar a data das eleições do sucessor de Sarney. “É melhor assim”, ironizou o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da subcomissão, enquanto Miro Teixeira prometia: “iniciarei uma guerra de guerrilha pelos quatro anos até o plenário”.

Na subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e sua Seguran-

ça, bombardeada por 240 sugestões para mudar o papel das Forças Armadas, o “lobby” dos militares venceu: continua tudo igual. “Foi um jogo de cartas marcadas”, reclamou o deputado Lysnéas Maciel (PDT-RJ).

Mas as comissões, na segunda fase dos trabalhos da Constituinte, podem modificar muitas decisões tomadas pelas subcomissões nos seus relatórios finais. Uma outra briga entre

peemedebistas mostra isso. O presidente da subcomissão da Questão Urbana e Transportes, senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), não quis assinar o anteprojeto do relator José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG). Carneiro acusou Oliveira de “negociar votos para aprovar as sugestões dos especuladores imobiliários”. Em sua defesa, Oliveira limitou-se a dizer que Carneiro “é perturbado mentalmente”.

## Planalto já começa a usar o ‘jogo bruto’

Telefonemas e ameaças do presidente José Sarney, de governadores e de anônimos, um objeto contundente atirado na cabeça do deputado Amaury Muller (PDT-RS) e o abandono do regimento interno marcaram, nesse último final de semana, o início do “jogo bruto” em torno do Congresso constituinte.

Depois da advertência feita por Sarney ao deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA), na semana passada, dando conta de que “o governo tem mão e contra-mão”, alguns votos começaram a mudar na Constituinte. O deputado Aloysio Vasconcelos (PMDB-MG) recebeu um telefonema ameaçador do governador mineiro Newton Cardoso, informando-o de que ele seria neutralizado, politicamente, em Minas, caso aprovasse a proposta de o Congresso passar a controlar a outorga de emissoras de rádio e televisão. “Não sou mau caráter”, disse Vasconcelos na reu-

nição da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, “mas vou ter que mudar meu voto porque não posso enfrentar o Newton em Minas”.

Outro que afirmou “não resistir mais às pressões” foi Onofre Correia (PMDB-MA) que, em vias de receber um canal de TV em Imperatriz, no Maranhão, também mudou seu voto. O deputado Sarney Filho (PMDB-MA), negou que tivesse intermediado qualquer negociação em favor de Correia — “ele me procurou e me perguntou o que deveria fazer e eu lhe respondi que ele deveria agir de acordo com a sua consciência”.

O deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA), voto de desempate na Subcomissão de Reforma Agrária, a favor do grupo “progressista” não conseguiu explicar até agora a sua ausência na hora da votação do parecer da subcomissão. Ele só voltou de Belém porque um grupo de

parlamentares se cotizou para o pagamento de Cz\$ 420 mil do táxi aéreo que o trouxe a Brasília. A presença de Monteiro, no entanto, acabou não adiantando muito, uma vez que o presidente da subcomissão, Edison Lobão (PFL-MA), apoiado pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, abandonou o regimento para impedir a votação do parecer do relator “progressista” Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que acabou sendo substituído por um relatório do “conservador” Rosa Prata (PMDB-MG). “Isso é só o começo”, dizia ontem a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), desconsolada diante das bruscas mudanças de posições de seu partido. “O PMDB votou contra o monopólio estatal do petróleo e das comunicações e contra a reserva de mercado.”

“São três tratores”, afirmou outro constituinte de esquerda, Aldo Aran-

tes (PC do B-GO), “o governo, as Forças Armadas e os grupos econômicos”. —Arantes mencionou as ameaças de morte recebidas por Santinho Furtado (PMDB-PR), Benedito Monteiro (PMDB-PA) e Raquel Capiberibe (PMDB-AP). Do governo, exibiu-se ontem, no Congresso, propostas de capítulos inteiros para a nova Constituição, produzidos no Palácio do Planalto, pelo consultor geral da República, Saulo Ramos.

Esse embrutecimento do “lobby” junto ao Congresso constituinte, na opinião do deputado Amaury Muller, “aponta para uma reação dos setores opostos”. Muller, depois de ter sido atingido por um dos membros da União Democrática Ruralista (UDR) que lotavam a galeria da Subcomissão da Reforma Agrária, foi para casa e voltou armado de um revólver, que ele portou até o final da sessão.

## Igreja espera que sucessor não represente ‘retrocesso’

Da Sucursal de Brasília

A Igreja espera que o sucessor do ministro Dante de Oliveira, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, a ser nomeado pelo presidente José Sarney, não represente “um retrocesso na execução da reforma agrária”. A afirmação foi feita ontem, em entrevista coletiva, pelo presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D. Luciano Mendes de Almeida. Segundo ele, a esperança é de que o futuro ministro responda “as aspirações de milhões de brasileiros sem terra, acelerando o processo”.

D. Luciano disse que em sua última audiência com o papa João Paulo 2º, dia 18, em Roma, foi indagado sobre o andamento da reforma agrária e a Constituinte. Ele informou ao papa de que “a reforma agrária está sendo

apenas lentamente executada”. O papa, segundo D. Luciano, renovou a sua esperança de que “se consigam resultados eficazes em bem dos que esperam alcançar o direito de morar e trabalhar a terra”.

Sem consultas

O presidente da CNBB afirmou que não houve nenhuma consulta à Igreja, pelo presidente da República, para a indicação do substituto de Dante de Oliveira. Ele observou, entretanto, que a escolha de ministro não é de decisão da Igreja e sim do presidente da República, “dentro do equilíbrio dos diversos partidos, mas ainda dentro da perspectiva da condução eficaz do processo de reforma agrária”. D. Luciano disse que poderia haver uma decepção se a reforma agrária não for cada vez mais efetivada.

## Sistema Financeiro

# Congresso terá poderes ampliados

O Congresso Nacional terá seus poderes ampliados para interferir e decidir sobre matérias financeiras caso seja acatado integralmente pelo Congresso constituinte o parecer aprovado anteontem à noite pela Subcomissão do Sistema Financeiro, que tem como relator o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). O parecer prevê a extinção do Conselho Monetário Nacional (CMN) e sua substituição pela Comissão Especial Mista Permanente do Sistema Financeiro do Congresso, cuja função será a de analisar as decisões monetárias, de crédito e cambial do governo e suspendê-las “ad referendum” do próprio Congresso.

O parecer determina ainda a extinção das cartas-patentes dos bancos, o que abre a possibilidade de qualquer

entidade considerada idônea abrir bancos no país. Os bancos e outras instituições financeiras estrangeiras ficam proibidas, pelo projeto, de receber depósitos ou outras formas de captação de recursos no mercado, o que implicaria, por questões de reciprocidade, no risco de fechamento de todas as agências de bancos brasileiros no Exterior. Por outro lado, as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão ter participação acionária em bancos de depósito, de investimento, nas companhias e corretoras de seguro nacionais.

O Banco Central, segundo a proposta da subcomissão, deverá ser um órgão autônomo a quem compete exercer as funções de autoridade monetária — execução do programa monetária, emissão de moeda e

fiscalização das instituições financeiras. Seu presidente e a diretoria serão indicados pelo presidente da República para mandato de quatro anos, com a aprovação do Congresso Nacional, que terá o poder de destituí-los.

A proposta da subcomissão veda ao Banco Central o financiamento direto ou indireto do Tesouro Nacional, Estados e Municípios, assim como a efetivação de operações de crédito não voltadas à liquidez bancária. Assim, a partir da promulgação da Constituição, o Banco Central teria noventa dias para transferir ao Tesouro todas as operações não identificadas com sua função de autoridade monetária. Ao Banco do Brasil caberia a tarefa de ser o agente financeiro do governo.

## Ordem Social

# Em discurso, Ulysses pede ‘ajuda de Deus’

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pediu ontem, em discurso durante a solenidade de entrega dos relatórios das subcomissões que compõem a Comissão da Ordem Social (dos Direitos dos Trabalhadores, da Saúde e do Meio Ambiente e dos Negros, Populações Indígenas e Minorias), a “ajuda de Deus” para que a nova Constituição não seja garantida pelo Executivo, parlamentares e até militares, mas pela sociedade, “que deve ser a sua voz, o seu espírito e seu instrumento”.

Ulysses disse que “estou maravi-

lhado, encantado e agradavelmente surpreendido com este primeiro estágio. Acho que a Constituinte está cumprindo o seu trabalho”. Para ele, o trabalho inicial das subcomissões não vai se perder nas novas etapas de deliberação do Congresso constituinte, de acordo com as quais os projetos passarão pelo crivo das comissões e da Comissão de Sistematização, antes de irem a plenário.

Os relatórios apresentados pelas três subcomissões que compõem a Comissão da Ordem Social estão sendo apontados como os mais avançados em relação à legislação vigente. Na Subcomissão do Direito dos Trabalhadores, destacam-se as pro-

postas de estabilidade no emprego, direito irrestrito de greve e sindicalização de servidores públicos. Na da Saúde e Meio Ambiente, a reestruturação do sistema nacional de saúde, numa rede que inclui a União, Estados e municípios.

Já o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo pelas populações indígenas em suas terras é o destaque da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e Minorias.

A solenidade de ontem na Comissão de Ordem Social contou com a presença de quase quinhentas pessoas, que compareceram ao auditório Petrólio Portela, do Senado Federal.